

FORMAÇÃO DOCENTE NO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-(PME-2015-2015) DO MUNICÍPIO DE PORTEL-PA NO ESTADO DO PARÁ

TEACHER TRAINING IN THE MARAJÓ ARCHIPELAGO: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF THE MUNICIPAL EDUCATION PLAN (PME-2015-2025) OF THE MUNICIPALITY OF PORTEL-PA IN THE STATE OF PARÁ

Hermison Bruno Baia Palheta 1

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão em torno das políticas educacionais sobre a ótica da formação de professores no município de Portel no Arquipélago do Marajó estado do Pará, no período entre 2015 e 2017, a partir do monitoramento do PME de Portel especificamente à análise das metas 15, 16, 17 e 18 do Plano Municipal de Educação (2015-2025). O artigo é de caráter qualitativo e com uso da metodologia de análise documental e bibliográfica. Para o diálogo teórico citamos Dourado (2016), Lima (2019), Silva (2019) Nóvoa (1992). de referência para análise. Teixeira (2015). A partir das análises das metas 15,16,17 e 18, observamos que não houve avanços de acordo com (PME) de Portel na política de formação de professores. Conclui-se que as turbulências políticas, econômicas e sanitárias, somado ao retrocesso em investimentos na educação brasileira por parte do governo federal, possa ter travado, prejudicando a política de formação docente em todo país, assim causando grandes prejuízos de transformação social, exclusão e distanciando de um projeto de educação com equidade e justiça social para crianças, adolescentes e jovens Marajoaras.

Palavras-chave: Formação Docente. Política Educacional,. Plano Municipal de Educação (PME 201-5-2025); Marajó-Pá

Abstract: This article presents a reflection on educational policies from the perspective of teacher training in the municipality of Portel in the Archipelago of Marajó state of Pará, in the period between 2015 and 2017, from the monitoring of the Portel PME specifically to the analysis of goals 15 , 16, 17 and 18 of the Municipal Education Plan (2015-2025). The article is qualitative in nature and uses the methodology of documentary and bibliographic analysis. For the theoretical dialogue we quote Dourado (2016), Lima (2019), Silva (2019) Nóvoa (1992). reference for analysis. Teixeira (2015). Based on the analysis of goals 15,16,17 and 18, we observed that there was no progress in accordance with Portel's (PME) in teacher education policy. It is concluded that the political, economic and health turmoil, added to the setback in investments in Brazilian education by the federal government, may have stopped, undermining the policy of teacher education throughout the country, thus causing great damage to social transformation, exclusion and away from an education project with equity and social justice for children, adolescents and young people in Marajoaras.

Keywords: Teacher Training. Educational Policy. Municipal Education Plan (PME 201-5-2025); Marajó-Pa

Introdução

Este artigo denominado de Formação docente no Arquipélago do Marajó: Uma análise a partir da perspectiva do Plano Municipal de Educação-(PME-2015-2015) do município de Portel-Pá, teve como objetivo analisar a Formação docente e os desafios a partir do Monitoramento do (PME/2015-2025) nos anos de 2015 a 2017. Neste trabalho elucidamos alguns pontos importantes como: as características sociais e educacionais da região marajoara e do município de Portel, uma abordagem sobre o Plano Nacional De Educação e do Plano Municipal de Educação de Portel, falando sobre valorização, carreira, a formação de professores, o percentual de docentes da rede de ensino com nível superior na área em que atuam, o total de professores atuando na Rede Municipal que atuam no meio rural e urbano, e a proporção de docentes sem curso superior e por etapa da educação básica.

Soma-se ao objetivo geral, os objetivos específicos de: refletir as metas entre o planejado (pelos PME de Portel e o PNE) e as ações efetivas de formação e valorização docente, além de demonstrar questões teóricas que discutem e buscam uma trilha para os problemas de políticas de formação no país principalmente em tempos de crises políticas e sanitárias que vive o país. Para tanto, é importante ressaltar o atual contexto em que se dão as políticas públicas educacionais atuais (Nacional e Municipal) com os desdobramentos estabelecidos no Plano Nacional de Educação.

Os dados organizados pela equipe de monitoramento¹ do PME de Portel nos indicam como está sendo desenvolvido as metas, neste sentido ao analisar os documentos, conhecemos seus avanços e entraves nas estratégias analisadas, bem como, verifiquemos as possibilidades e os desafios futuros aos próximos (4) anos que ainda restam ao (PME) de Portel quanto a formação docente na educação básica e em face de atualidades políticas estranhas tão divergentes daquela em que foi estabelecido na construção do Plano Municipal de Educação. O presente artigo será analisado a luz do monitoramento do Plano Municipal de Educação no qual fiz parte da construção do documento, seguindo o processo evolutivo de 2015 a 2017 e criando hipóteses para o seu percurso final em 2025.

O Arquipélago do Marajó

O Marajó é considerado a maior ilha fluviomarítima do mundo, território diverso na sua composição natural, formado por áreas de campos e florestas que fazem do local uma região ímpar no cenário regional, nacional e global. Na realidade, o território do Marajó é formado por um conjunto de ilhas, razão pela qual é usualmente denominado de Arquipélago do Marajó², localizado no Estado do Pará, com dimensão territorial de 49,6 mil km² (BRASIL, 2020, p.16).

O arquipélago do Marajó com todas as suas diversidades³ culturais e naturais também apresenta questões sociais históricas que precisam ser tratadas com mais equidade e responsabilidades por meio políticas públicas.

“Os baixos índices de desenvolvimento humano na região (IDH) apontam historicamente uma região tida como um abandono de políticas públicas voltadas para crianças e Adolescentes. Esse processo ao longo da história vem gerando pobreza e a exclusão as margens do Arquipélago Marajoara. Dos 16 Municípios que integram a região, 08 estão entre os 50 de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País, sendo que o de pior índice se encontra no Marajó (BRASIL, 2020, p. 12).

1 Organização secretaria municipal de educação – semed fórum municipal de educação – FME Diretoria municipal de ensino – DME/ coordenação e sistematização de monitoramento o técnico pedagógico Nelson da Gloria Alves. (2017)

2 O apelido de Marajó é posterior ao de Joanes; data do tempo em que os portugueses começaram a frequentar e a formar estabelecimentos nas margens do rio Marajó-açu, cerca de 20 anos depois de fundada a cidade do Pará por Francisco Caldeira Castelo Branco, nos últimos dias de dezembro de 1815 (FERREIRA PENNA 1973b, p. 240).

3 Para Shiva (2001) a biodiversidade é uma riqueza de propriedade comunitária oriunda de sistemas sociais de povos tradicionais.

Politicamente e culturalmente, o município de Portel faz parte no Arquipélago do Marajó (PA), composta por dezesseis (16) municípios, porém, ele apresenta algumas distinções de particularidade geográfica, hidrográfica, culinária, e hábitos de sua população local como elementos que possuem um traço peculiar tradicional do município, ao mesmo tempo em que se entrelaçam ao conjunto da paisagem e da cultura marajoara. (SILVA, 2019 p.40)

Portel é um município marajoara que nas últimas décadas passou por transformações em sua dinâmica populacional com efeitos em sua estrutura urbana, havendo uma concentração das famílias mais abastadas concentrada na parte central da cidade e, ao mesmo tempo, houve o deslocamento de uma demanda populacional desprovida socioeconomicamente para a faixa mais periférica do perímetro urbano, incluindo aí o acentuado número de famílias ribeirinhas vindas do meio rural (SILVA, 2019, 101).

O perfil dessa população em qualidade de vida pode ser medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é de 0,483 (IBGE, 2010). Esse indicador faz com que Portel (PA) se situe na faixa de Desenvolvimento Humano muito baixo (IDHM entre 0 e 0,499). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é no aspecto Longevidade, com índice de 0,767, seguida do indicador de Renda, com índice de 0,513, e do indicante Educação, com índice de 0,286. Com o referido IDHM, o município fica classificado como o 13º mais baixo entre os municípios brasileiros, e dentre os municípios do Marajó, apenas três municípios estão em condições piores que Portel (PA) (SILVA, 2019 p.102)

No aspecto educacional, o Sistema Municipal de Ensino de Portel (SMEP), com seus órgãos e instituições de ensino, é uma conquista importante, por meio da Lei Municipal n. 768, de 14 de outubro de 2009 (PORTEL, 2009). O SMEP ainda se encontra em processo de ajustamento de seu sistema, por meio da construção de normas/regulamentação própria e padronização da estruturação física das instituições escolares. O Sistema Municipal de Educação de Portel (SMEP) tem grandes desafios a enfrentar em período de pandemia e pós pandemia, exigidas as responsabilidades do estado e dos governos, na melhoria e aumento dos referidos indicadores, na medida em que a educação seja o elemento crucial e estratégico do desenvolvimento social e econômico de que a nossa municipalidade tanto necessita.

Um Pouco do Plano Nacional de Educação X Plano Municipal de Educação de Portel

A Lei Federal nº 13.005 de 25 de junho de 2014, aprovou Plano Nacional de Educação – PNE trouxe no seu texto a exigência de que no prazo de 01 (um) ano de vigência, estados e municípios deveriam construir ou reelaborar seus planos locais, alinhados ao PNE. A partir de então, tornou-se obrigatório a sistematização do PME em todos os municípios dos estados brasileiros.

Em Portel foi criada uma comissão técnica por meio do Decreto de nº 491 de 28 de novembro de 2013, esta por sua vez, organizou e montou a equipe de sistematização do PME, a referida equipe se empenhou em pesquisar, coletar, tabular e analisar os dados da educação local situada no contexto estadual, regional e nacional. Nos dias 19, 20, 21 e 23 de maio do corrente ano, a comissão, juntamente com a SEMED, realizou a IV Conferência Municipal de Educação com o Tema Planejando a Próxima Década: Desafios e Perspectivas do Plano Municipal de Portel, na qual foi debatido e aprovado o Documento Base do Plano Municipal de Educação de Portel, abordando as 20 (vinte) Metas e suas respectivas Estratégias.

Após a validação dos coletivos na conferência o poder executivo encaminhou a câmara municipal de vereadores de Portel e esta aprovou a Lei nº 847 de 23 de junho de 2015, esta por sua vez, disponibilizou a comunidade Portelense o Plano Municipal de Educação de Portel (PMEP), com vigência para uma década, ou seja, 2015 a 2025.

O Plano Municipal de Educação de Portel aglutinou um conjunto de aspirações e finalidades para a educação do território municipal, que são expressas em suas 20 metas e em um conjunto de estratégias. Por fim, as estratégias constituem os meios para o planejamento das políticas públicas, que visam, a princípio, o alcance definitivo das metas e, como resultado final do Plano, a consolidação das diretrizes.

Importante destacar é que tal como o PNE, o PME é um Plano que, em sua estrutura, traz as Diretrizes para a Educação Municipal, sendo as mesmas definidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), 20 metas que abrangem toda a educação no território municipal e tantas estratégias quantas forem necessárias para se atingir cada meta, de forma exequível, num período de 10 anos.

Muitas das metas municipais discutidas em plenárias seguiram a mesma estrutura das metas nacionais, apenas ajustando os percentuais a serem atingidos, com base no diagnóstico situacional feito. A maior parte das estratégias foi retirada das proposições feitas nas Conferências, Congressos e Plenárias realizadas em comunidades rurais e na sede do município. Outras estratégias foram provenientes dos debates em nível regional, estadual e federal que ocorreram nas Conferências de Educação na época.

As metas 15,16,17 e 18 do Plano Municipal de Educação de Portel. Segundo o Plano Nacional de Educação nos estudos de Lima (2018) afirma que a Meta 15:

“Visa à garantia de uma política nacional de formação dos profissionais da educação em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência do PNE. O objetivo é assegurar que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”. (LIMA,2018. p.73).

Observamos que no primeiro ano de vigência em 2015 do Plano Municipal de Educação de Portel, sinalizava a organização a criação de um centro formativo aos docentes, no âmbito municipal para a formação dos profissionais da Educação da rede de ensino, o que não aconteceu, provavelmente pela falta de organização da gestão na época e se espraiando aos dias de hoje.

A segunda exposição da meta do (PNE) com relação a garantia da formação continuada de Professores. Lima (2018) afirma que:

A Meta 16 apresenta dois objetivos: o primeiro é formar em nível de pós-graduação 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE); o segundo é garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

O quadro que apresentaremos nos resultados e discussões demonstram que o município está longe alcançar as metas do Plano Municipal de Educação devido a própria organização do sistema na rede de ensino. Segundo Lima (2018) seu estudo, o objetivo central da Meta 17:

“Consiste em equiparar o rendimento médio dos profissionais do magistério ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente. De acordo com o documento Planejando a Próxima Década (MEC, 2014), a melhoria da educação e dos índices educacionais e das taxas de escolarização da população e o desenvolvimento social e econômico do País estão relacionados, entre outros, à valorização dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica. (LIMA, 2018.p7.5)

Mais que isso aconteça é preciso um” amplo debate sobre a valorização dos profissionais do magistério que tem como precedente os baixos salários praticados na remuneração de professores da educação básica pública em grande parte dos estados e municípios da federação.

ração, em comparação com demais profissionais de escolaridade similar.” (LIMA, 2018.p7.5)

Para esta questão Silva (2019) contribuiu elencando questões importantes como “Um plano de carreira para os profissionais da educação significaria a regulamentação de direitos e deveres reconhecidos pelo Estado, enquanto promotor político dos interesses que envolvem toda a sociedade. Mas também, daria maior reconhecimento ao trabalho docente, no interior da categoria, asseguraria uma legislação específica referente à profissionalização e regulamentaria os requisitos necessários à valorização desse profissional” (p.31). Por fim sobre a meta 18 Lima (2018) afirma que deve:

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.(LIMA,2018p.75)

É importante mencionar neste estudo que “a Meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE) traz a obrigatoriedade de os entes federativos garantirem planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública. De acordo com o MEC, trata-se de uma meta estratégica, tendo em vista que, tornar a carreira dos profissionais da educação escolar básica atrativa e viável, constitui um importante fator para garantir a educação como direito fundamental, universal, e inalienável, superando o desafio de universalização do acesso e garantia de permanência, desenvolvimento e aprendizagem dos educandos”.(LIMA,2018 p.75).

Para muitos municípios Marajoaras que apresentam os (IDH) e (IDEB) baixos, como Portel por exemplo, os investimentos repassados pelo governo federal via Fundeb⁴ chegam a ser insuficientes para as demandas necessárias numa região de pobreza e de exclusão. Neste sentido concordamos com Lima (2018) quando afirma que:

“Os atuais desafios em termos de investimento público em educação estão relacionados às metas constantes do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, mais especificamente à Meta 20, a qual estabelece a ampliação do investimento público em educação pública para 10% do PIB até o final do decênio, exigindo um profundo acréscimo de recursos públicos que, por sua vez, pressupõe um rearranjo governamental, tornando necessária a participação de cada esfera de gestão no esforço de elevação dos investimentos”.(p.21)

Quanto a valorização dos profissionais de educação é necessária e urgente no momento em que estamos passando no país, não se pode discutir valorização profissional dissociado de um plano de carreira, de salário, de condições de saúde, de melhores estruturas ameaçadas no dias atuais pelo atual governo Bolsonaro que vem desde o governo Temer por meio da Emenda 95 que congela os investimentos para a educação em 20 anos. O PNE tem sido secundarizado pelos governos desde sua implantação em 2014, agora em período de crise política, econômica e sanitária essa situação se agravou mais principalmente por parte do governo federal em não revogar a EC/95⁵.

4 O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um Fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um total de vinte e sete Fundos), composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal. <http://www.fnede.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>, Acesso em julho de 2021.

5 A Emenda Constitucional 95, mais conhecida como a antiga “PEC da Morte”, estabeleceu uma legislação que altera o regime fiscal e tem como seu principal foco, um congelamento por 20 anos na área da educação e saúde, causando vários impactos, principalmente no que concerne à insuficiência de recursos para o funcionamento da qualidade da educação pública. SEGUNDO, H. D. B. M. Emenda Constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos. Revista Controle, Fortaleza, v. 15, n. 2, p. 22-40, jul/dez. 2017.

Metodologia

O caminho metodológico para a construção do artigo consiste em uma produção do tipo de pesquisa qualitativa pela metodologia de análise documental e bibliográfica a partir das análises do documento de monitoramento do Plano Municipal de Educação de Portel e bibliografias teóricas. Para Teixeira (2015) “o interesse maior na pesquisa qualitativa está no processo e não no resultado. Importantes questões são explicitadas no decorrer da investigação, sendo elas fundamentais para a pesquisa”. (p.11)

Resultados e Discussão

Apresentamos os quadros organizados pela equipe de monitoramento do Plano Municipal de Educação de Portel referentes a ao percentual de docentes da rede de ensino, o total de professores atuando na Rede Municipal de Ensino de Portel, e a proporção (%) de docentes com curso superior na área em que atuam, por etapa da educação básica.

Quadro 1: Percentual de docentes da RME com curso superior na área em que atuam (%).

ANO	2015	2016	2017
PERCENTUAL%	22,6%	24,6%	51,7%

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2017.P 35

Observamos neste quadro que no ano de 2015, ano em que o PME de Portel de acordo com a LEI nº 847 de 23 de junho de 2015 foi aprovado, a proporção de funções docentes da rede municipal de ensino que possuíam formação na área que atuavam, conforme dados apontados pelo censo escolar da época, era apenas de (22,6%), observamos que em 2016 essa proporção subiu para (24,6%). Ou seja, um percentual ainda muito longe do estabelecido pela meta 15 do PME que visa garantir que (100%) dos professores e as professoras da educação básica pública, da rede municipal de ensino, possa obter formação específica de nível superior.

Observamos também que (48,3%) dos professores atuantes na rede não tem o nível superior até o ano de 2017, e que o crescimento de mais de (100%) de professores como nível superior da rede de ensino se deu graças a chegada de instituições particulares de nível superior no município como: A UNOPAR, UNIASSELVI, E UNAMA (Via Centro Educacional Isaac Newton)⁶

Embora o Parfor tenha entrado como política pública de formação de professores não supriu a necessidade dos profissionais de educação da rede de ensino, ficando nas mãos das instituições ofertando cursos de formação inicial e continuada aos profissionais da rede de forma presencial e semipresencial e a distância. Essas instituições elevaram o número de graduados em Pedagogia e outras áreas como podemos ver o número crescente de mais de (100%) somente de 2016 a 2017.de professores com nível superior. Essa mudança Também Segundo Silva (2019):

“Foi resultado do incentivo previsto no PCCR, da vantagem pecuniária de 80% sobre o salário básico (que toma como referência o PSPN), para os docentes com a habilitação em nível superior. Foi um impulso também decorrente da oferta de cursos de graduação pela política do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), o que sinalizou uma mudança no quadro e no perfil desses profissionais, mas que já traz enorme preocupação ao executivo municipal em relação ao impacto salarial na folha dos 60% dos recursos do Fundeb. (p.110)

⁶ De 2015 a 2018 foram matriculados 1751 estudantes em licenciaturas por instituições públicas como Parfor/UFPA em Portel, enquanto as instituições privadas matricularam neste mesmo período 2512 estudantes em nível superior. (fonte: Fonte: Equipe de Monitoramento de Metas/SEMED/Portel, 2017.p12)

Com o grande número de professores que passaram atuar com nível superior na rede municipal de ensino gerou impacto na folha de pagamento nos últimos anos, que faz com que o Plano de Cargos e Carreira do Município possa ser reformulado

Em outro quadro a seguir apresentamos a totalidade de docentes da rede municipal de educação referente ao ano de 2017 seguido dos que tem nível superior completo, docentes com curso superior na área e docentes sem curso superior, a proporção (%) de docentes com curso superior na área em que atuam, por etapa da educação básica e

Quadro 2. Total de professores atuando na Rede Municipal de Ensino de Portel

Ano	Total de professores	Professores com nível superior	Professores com curso superior na área	Docente sem curso superior
2017	1265	922	655	343

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2017.P 37

Observamos neste quadro que (1.265) docentes lotados na rede municipal de ensino, sendo (922) atuando com nível superior, sendo que (655) professores com curso superior na área em que atuam, os demais docentes lotados na rede ensino (343) não tem o nível superior. Uma das questões que entravam a falta de formação em nível superior, é no sentido de que o interesse e a vontade em relação ao aprimoramento profissional tem que partir do próprio professor, como também as condições em logística e subsídios financeiros ficam à cargo dos professores da rede municipal de ensino, isto é, os professores precisam tirar do próprio provento para as despesas decorrentes do aprimoramento, e necessitam de uma boa relação e vontade política do executivo municipal para obter informalmente licença para qualificação profissional, com afastamento remunerado do cargo ou função.

Para tanto observamos no documento que os professores que tem o nível superior representa aproximadamente 1/4 da totalidade dos docentes da rede municipal de ensino, o que representa um desafio muito grande para o município em contribuir com maior esforço a formação continuada desses docentes sem nível superior. “A política nacional de formação dos profissionais da educação, tem sido objeto de luta e reivindicação pelos segmentos acadêmicos e sindicais em todo estado brasileiro”, (DOURADO, 2016. p.32). “Em Portel a grande luta se dá por meio do sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará-SINTEPP”⁷.

Embora o PNE de 2001 “ao diagnosticar a realidade do magistério da educação em âmbito nacional na época, já destacava que a melhoria do ensino era um dos objetivos centrais do Plano Decenal, e somente seria alcançada pela valorização do magistério, suposto ao tripé: formação profissional inicial, condições de trabalho e carreira e formação continuada. Entre suas diretrizes, o PNE de 2001 defendia “a implementação de políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação é uma condição e um meio para o avanço científico e tecnológico em nossa sociedade” (SILVA,2019 p.137).

No próximo quadro apresentamos a proporção (%) de docentes com curso superior na área em que atuam, por etapa da educação básica.

⁷ O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Pará – SINTEPP, é uma associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 07.868.425/0001-66, fundada em vinte e três de outubro de mil novecentos e oitenta e oito quando da realização do VI Congresso Estadual da Federação Paraense dos Profissionais da Educação Pública (FEPPEP), com registro sindical na Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, conforme despacho publicado no D.O.U de 12 de dezembro de 1995, referente ao processo administrativo n.º 46000.006792/95, com sede e foro central na cidade de Belém, Estado do Pará, à Rua. Vinte e Oito de Setembro, n.º 510 – Reduto, CEP: 66010-100, sendo de duração indeterminada e regida pelo presente estatuto.

Quadro 3. proporção (%) de docentes com curso superior na área em que atuam, por etapa da educação básica.

ÁREAS	2015	2016	2017
Educ. Infantil	29,6%	40,7%	63,1%
Ens. Fundamental Anos iniciais	42,5%	49,1%	51,9%
Ens. Fundamental Anos finais	5,2%	5,7%	46,1%

Fonte: CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/INEP; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2017, P.37)

Neste quadro os dados revelaram que as etapas da educação básica da rede municipal de ensino, no ano de 2017, por um lado apresentaram evolução progressiva com os da área em que lecionam na educação infantil, com (63,1%) das funções, seguindo o ensino fundamental - anos iniciais com (51,9%). E com evolução regressiva, o ensino fundamental - anos finais com (46,1%). Para Silva (2019) “Isto talvez se deveu em parte pela política do Fundeb que contemplou não apenas os professores do ensino fundamental, mas abarcou os docentes que atuam na educação infantil, igualmente”. (p.110). O quadro mostra um avanço de professores com formação acadêmica na educação infantil apresentando ampliação no número de graduados em nível superior (63,1%) até 2017. Nesta questão representou um avanço na habilitação profissional no conjunto dos docentes da rede de ensino de Portel

Em outro quadro de análise neste trabalho observamos a proporção de docentes com curso superior na área em que atuam por zona geográfica no município.

Quadro 4: proporção de docentes com curso superior na área em que atuam por zona geográfica no município.

ÁREAS	2015	2016	2017
Zona Urbana	49,3%	48,7%	71,3%
Zona Rural	8,2%	11,5%	38%

Fonte: CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/INEP; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2017, P.38)

Observamos neste quadro, uma grande disparidade entre a área urbana e o rural do município, já que a campo detém uma proporção ainda muito pequena de docentes com curso superior na área que lecionam, com apenas (38%) no ano de 2017, isso quer dizer que (62%) dos professores que atuam em escolas rurais(ribeirinhas) não tem formação na área em que atuam. É claro que esse aumento de 38% não é o suficiente para uma região que historicamente vindo sendo lesado o direito a uma educação pública de qualidade.

Partindo desse princípio com a falta de oferta a licenciaturas gratuitas, as universidades particulares vem tendo as maiores demandas na oferta de formação inicial de professores, como a (UNIASSELVI)⁸ que matriculou (396) estudantes somente no ano no ano de 2017, ou seja, o maior percentual de formação inicial se encontra na rede privada de ensino. Com a falta de políticas efetivas para formação de professores na região do Marajó, as instituições privadas vem crescendo cada dia a fazendo o papel do estado em fomentar políticas públicas educa-

8 Em 1999, a abertura de novas faculdades privadas se tornava uma realidade no Brasil. Pouco tempo depois, em 2004, as faculdades que compunham a ASSELVI foram transformadas em Centro Universitário Leonardo da Vinci. <https://www.google.com/search?q=O+QUE+%C3%89+UNIASSELVI&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t>, Acesso em julho de 2021.

cionais. Desde o ensino médio até o nível superior. Observando esse processo expansionista o leitor desavisado pode ter a impressão de que essas instituições estão colaborando significativamente com a região, quando é ao contrario por que representam a educação mercadológica.

As IES⁹ públicas a oferta de matrículas vêm acontecendo por meio do Programa Nacional de Formação de Professores – PARFOR – que no município de Portel é ofertada pela Universidade Federal do Pará - UFPA - onde só podem ingressar professores que estão no quadro de servidores da secretaria municipal de educação, porém não atende toda demanda necessária ao processo formativo dos trabalhadores da rede de ensino do município.

Observamos neste trabalho a necessidade de se ampliar ainda mais esforços do município de Portel em concretizar uma política de formação aos profissionais da educação, uma vez que somente no que se refere as funções docentes que possuem formação superior compatível com a área em que atuam, por tanto ainda tem que crescer para alcançar a meta estabelecida pelo PME.

Por outra via observamos que as zonas geográficas do município (rios, igarapés etc) só aumenta a convicção de que muito ainda precisa ser feito na política de educação rural, pois verificamos que no ano de 2017 o meio rural apresentou apenas (38%) das funções docentes com formação superior compatível com a área que lecionam, ou seja, resultado muito aquém da meta a ser alcançada no (PME 2015-2025),o que causa preocupação nessa nova conjuntura educacional, principalmente em período de Pandemia ou Pós pandemia da Covid 19. Para essa questão recorremos e, Nóvoa (1992) que faz ponderações importantes acerca da formação de professores e com a necessidade de projeto da profissão docente ao afirmar que:

“A formação de professores ocupa um lugar central neste debate, que só se pode travar a partir de uma determinada visão (ou projeto) da profissão docente. É preciso reconhecer as deficiências científicas e a pobreza conceitual dos programas atuais de formação de professores. E situar a nossa reflexão para além das clivagens tradicionais (componente científica versus componente pedagógica, disciplinas teóricas versus disciplinas metodológicas, etc.), sugerindo novas maneiras de pensar a problemática da formação de professores” (NOVÓIA,1992 p.10).

Neste sentido observamos o reforço do autor afirmando que não basta reconhecer apenas as deficiências dos docentes que não tem o nível superior, ou não tem nível superior na área em que atua, é preciso criar espaços de formação no âmbito local para projetos onde possam envolver as comunidades urbanas e rurais onde as escolas estão inseridas, e claro além de valorizar o docente. Para Silva (2019)

As autoridades deveriam reconhecer que o melhoramento da situação econômica e social dos professores, das suas condições de vida e de trabalho, dos termos do seu contrato de trabalho e das suas perspectivas de carreira é o melhor meio de obstar a escassez de professores competentes e experientes e atrair e reter no ensino um número importante de pessoas plenamente qualificadas (SILVA ,2019.56)

Observamos que no ano de 2017 na área rural apresentou apenas (38%) das funções docentes com formação superior compatível com a área que lecionam, ou seja, resultado muito aquém da meta a ser alcançada. Neste sentido em tempos incertos com políticas de “ar-rochos” a educação é preciso triplicar os esforços repensar novas formas de implementar as metas e estratégias elaboradas/aprovadas em 2015 do Plano Municipal de Educação de Portel.

Neste sentido é importante destacar que durante esses (05) anos de (PME) Portel, não

9 sigla IES significa “Instituições de Ensino Superior”, e por isso é tão utilizada quando o assunto é o Fundo de Financiamento Estudantil, já que ele é um programa que oferta aos seus candidatos a possibilidade de ingressar numa instituição particular de ensino superior. <https://www.google.com/search?q=o+que+%C3%A9+IES&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=taCESSO EM Julho de 2021>.

se efetivou as estratégias da meta 15 aprovado Conferencia Municipal, como a (Estratégia 15.2) no qual mencionava a ampliação da oferta do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR e/ou a oferta de cursos superiores custeados com recursos próprios do município, os docentes em efetivo exercício na educação básica da Rede Municipal de Ensino - RME com formação de nível médio, não licenciados ou licenciados em área diversa de atuação docente.

O que também não se efetivou durante esses (05) anos da meta (15), foi a (estratégia 15.3) de implementação de programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas rurais e de comunidades indígenas, quilombolas e para a educação especial; (PNE). Uma das questões para não efetivação dessas estratégias aprovadas no (PME) de Portel foi o processo de organização do sistema e a falta de medidas concretas não implantadas pelo governo da época.

Observamos também que na meta (15) não foi cumprida a (estratégia 15.6) de criação e efetivação, no prazo de 01 (um) ano de vigência do PME¹⁰, programa de concessão de bolsas de estudos para os profissionais do magistério da educação básica pública em efetivo exercício na RME, objetivando a obtenção do curso superior na área em que atuam. Como já observado neste trabalho, muitos profissionais de educação acabam financiando sua formação continuada com seus próprios proventos, até pelo atrativo de aumento percentual no salário garantindo no PCCR¹¹.

E por fim o que consideramos bastante relevante e urgente devido o número pequeno de professores sem a devida formação necessária para atuar no magistério, a (a estratégia 15.10) Criar, no prazo de 01 (um) ano de vigência deste PME, o Departamento de Formação dos Profissionais da Educação – DFPE.

É importante elucidar que no município ainda não dispõe de política própria que garanta aos profissionais da educação a formação exigida pela legislação educacional em vigor. Atualmente as políticas implementadas no município, a formação dos professores da educação tem se efetivado exclusivamente pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica –(PARFOR) por meio do regime de colaboração. O que muitas vezes acaba deixando muitos gestores municipais nesse contexto mínimo de formação a espera do governo federal, abrindo mão dessas políticas educacional de formação de direito do docente as instituições privadas instaladas no município. Para Dourado (2016):

“Certamente, o debate mais estrutural na educação superior centra-se no financiamento desse nível de ensino e as estratégias do PNE que já traduzem a tensão histórica no uso do fundo público, o que, certamente, vai se acirrar com a previsão de ampliação dos recursos para a educação (10% do PIB até 2024). O autor revela que merece ser ressaltada, ainda, a forte interpenetração entre os setores públicos e privados e, mais recentemente, à luz do discurso de democratização do ensino, a ampliação dos setores públicos e, em maior escala, do setor privado com fins lucrativos e a expansão da Educação a Distância (EaD)” (DOURADO,2016.p,31)

A reflexão de Dourado não deixa de fora a expansão do ensino superior por instituições privadas de educação de Portel. Ao analisar a literatura “Educação Contra Barbárie” lançado em 2019 o ensaio de Santos elucidada que “A defesa da utilização da Educação a Distância é permeada por um conjunto de argumentos que buscam legitimar a sua expansão, não apenas pela perspectiva do direito, mas também pela ampliação do mercado educacional”(BOITEMPO,2019,p.54)

Na meta 16 do Plano Municipal de Educação (PME) observamos que o documento apre-

10 A Lei Municipal n. 847, de 23 de junho de 2015 (PORTEL, 2015) fez constar em suas metas e estratégias, fomentos e subsídios importantes à formação inicial e continuada em nível da graduação e da pós-graduação (lato e stricto sensu).

11 Lei nº 634, em 23 de julho de 2001. Plano de Cargos Carreira e Remuneração dos profissionais de Educação de Portel.

senta um desafio em formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o 8º ano de vigência, e garantindo a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino da rede municipal.

Uma das estratégias travadas no PME de Portel é a (estratégia 16.9) que garantia a partir da vigência do PME, criar um banco de dados para garantir informações atualizadas acerca da formação continuada e Pós – Graduação – Lato –Sensu no município, porém não aconteceu sua implementação devido falta de organização do banco de dados pelo Sistema Municipal de Educação outras questões administrativas.

A (estratégias 16.11) que garantia a implementação e a formação inicial e continuada do pessoal técnico e administrativo, até o 5º ano de vigência do PME (50%) dos profissionais pudessem obter a devida formação e ao final (100%), para tanto ainda não se atingiu ¼ desses trabalhadores nas escolas municipais.

Outra estratégia foi (estrategia16.12) que garantia a formação continuada aos profissionais da educação em parceria com as IES (Pública / Privada) acerca dos cursos de informática e de elaborações de projetos com calendários diferenciados a partir da vigência do plano. Para esta estratégias verificamos que a LDB preconiza em seu Art. 62 que:

“formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. *Parágrafo único.* Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação.

Neste sentido “a formação continuada que deve ser entendida como componente essencial para a profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da instituição educativa e considerar os diferentes saberes e a experiência docente, bem como o projeto pedagógico da instituição de Educação Básica na qual atua o docente” (BRASIL,2019)

Observamos também, fazendo um aparelhamento da meta(17) com a meta (18), que durante a conferência municipal foi aprovado que se efetivasse com urgência a reformulação do Plano Municipal de Educação e sanção do executivo para um novo Plano de Carreira dos profissionais da educação pública da rede municipal (PCCR) ¹²que se encontra “obsoleto” desde 2001.Essas garantias precisam ser alicerçadas em princípios básicos como: aprimoramento da qualificação, progressão funcional baseada no mérito acadêmico, período reservado à estudo, planejamento e avaliação incluídos na jornada de trabalho, ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), de 23 de julho de 2001, sob a Lei nº 634/2001, em que prevê um dos aspectos da valorização do profissional em educação quando estipulava valor de 80% de gratificação ao nível superior, assim como, a Gratificação de Longa Distância (GLD) prevendo ganhos de 25% a 50%, para estimular o professor da Educação do Campo que iria enfrentar dificuldades no percurso do seu deslocamento até ao local de trabalho.

Para tanto, acreditamos que na elaboração do PCCR na época, não se pensou numa perspectiva de aumento considerável desses profissionais com nível de escolaridade cada vez mais avançado (no campo e na sede do município), pois, hoje o município conta com número relevante de graduados, pós-graduados e mestrados. Evidentemente, quem ganha com isso é a classe docente e discente, além do que, só contribui com a qualidade da educação no município.

12 Os governos municipais que transitam de mandato têm postergado essa discussão com a categoria dos profissionais da educação, ainda persiste a falta de transparência dos recursos públicos e dos dados oficiais referentes ao SMEP que subsidiem o estudo de viabilidade orçamentária e de reestruturação do Plano de Carreira dos trabalhadores da Educação de Portel..

Neste sentido concordamos com Silva (2019) quando afirma que:

“O dilema apresentado pelo secretário de educação a qualificação profissional dos docentes e o aporte de recursos financeiros a dar conta dos arranjos em vantagens pecuniárias que incidem no salário básico da carreira no PCCR, cuja baliza é hoje o PSPN, seja uma das maiores preocupações tanto por parte da administração quanto por parte da própria categoria dos profissionais do magistério, em face do aumento significativo de professores efetivos da carreira com a devida habilitação e novas titulações, para um plano de carreira que foi pensado num contexto distinto de 2017 e planejado apenas para o fim da vigência do Fundef (2006).(p.151)

Uma questão bastante relevante, e que precisa ser dialogado com a categoria de educação da rede municipal de ensino, para viabilização de um Plano de Carreira que possa garantir a valorização dos profissionais de educação e garantir a formação continuada.

Uma estratégia que observamos durante as análises foi a implantação da (estratégia 18.1) que seria de assegurar que o Fórum Municipal de Educação, fosse o órgão subsidiador competente no acompanhamento da elaboração e implementação do plano de carreira dos profissionais da educação pública Municipal, portanto esse órgão ainda não conseguiu avançar nas discussões e concretização das propostas para efetivação do Plano Municipal de Educação. Uma das dificuldades é conseguir o espelho¹³ das folhas de gastos da rede de ensino para avançar nas discussões.

Outra estratégia polêmica foi a (estratégia 18.2) que criou espaços de debate, através de plenárias ou fóruns de discussão do plano de forma a garantir a ampla participação dos profissionais, órgãos e instituições nas discussões da elaboração do plano de carreira. Como já justificado as discussões aconteceram, porém na questão financiamento não se avançava devido a falta de transparência da folha de pagamento dos servidores.

A (estratégia 18.4) que previu, no plano de Carreira dos profissionais da educação, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional (docentes e não docentes), em nível de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) credenciados pela CAPES. Essa não avançou devido a paralisação das discussões na reformulação do Plano de Carreira e Remuneração dos profissionais da educação.

A (estratégias 18.8), criou uma agenda de encontros do Fórum Municipal de Educação, garantindo aos funcionários públicos que estejam no Fórum, a liberação dos seus locais de trabalho sem prejuízos de sua remuneração; por outro lado a (estratégia 18.9), ressaltava em assegurar aos funcionários da educação não docentes, liberação para cursos de aperfeiçoamento e graduação sem prejuízo de remuneração.

Enfim, valorizar esses profissionais do magistério da rede pública estende a sua formação, a carreira e condições adequadas de trabalho e saúde. Para tanto, a formação inicial e continuada, é garantida por Lei e deve ser cumprida e fortalecida, dando-lhes condições de acessibilidade e manutenção, assim como, a efetivação de assistência médica especializada, e condições do ambiente de trabalho digno.

Essa valorização aos docentes, é uma forma de fortalecer e de construir uma educação, democrática, laica e gratuita, definindo padrões nacionais de qualidade para todas as escolas públicas brasileiras, fazendo jus aos direitos constitucionais das crianças, adolescentes, jovens e adultos na nossa sociedade. Contudo, é dever dos entes federados (Esfera Federal, Estadual e Municipal) fazer acontecer às políticas educacionais garantidas pelas legislações vigentes.

Considerações Finais

Essa reflexão sobre o Plano Municipal de Educação de Portel no Marajó no estado do Pará por meio do documento de monitoramento, nos deu um raio X do que o município de Portel tem pela frente a enfrentar. A formação continuada tornou-se mais prejudicada a partir

13 É um método de organização de gastos com as despesas da Educação do Fundeb.

da Pandemia da Covid 19, o município não conseguiu implementar o ensino remoto devido à falta de estrutura, assim como muitos municípios marajoaras, prejudicando mais a qualidade da educação na região.

O ensino remoto em que muitos estudantes estão sendo prejudicados por falta de acesso tecnológico discutiremos no próximo artigo sobre esses limites e desafios alunos Marajoaras com o ensino remoto em tempo de Pandemia. O não cumprimento dessas estratégias e metas definidas no Plano Municipal de educação, pode causar sérios danos sociais a centenas de crianças, jovens e adultos espalhados nos 25 mil quilômetros de extensão do município, o que compromete pode comprometer ainda mais a qualidade da educação que depende de um professor atualizado para conduzir o ensino em novos tempos.

Os resultados de análise das estratégias encontradas no monitoramento organizado pela Semed-Portel-triênio 2015-2017 se apresentam como um grande desafio a ser cumprido, principalmente na atual conjuntura de crises políticas, econômicas e sanitárias no país e no mundo Essa análise nos leva a refletir que a gestão pública da educação municipal de Portel, ainda precisa avançar muito, é preciso muito esforço coletivo para os devidos ajustes para cumprir as estratégias determinadas no (PME 2015-2025).

Neste sentido se faz necessário assegurar, contudo, aos docentes do município de Portel que se estabeleça as estratégias das metas analisadas no que concerne à formação inicial e continuada, pós-graduação, Valorização salarial e condições de trabalho e carreiras dignas equiparando-os aos demais profissionais de igual formação a fim de que lhes seja (r)estabelecida a merecida imagem de respeito como dívida histórica na região Marajoara. Mas para isso observamos que é preciso avançar na discussão para uma nova reformulação do Plano de Cargos Carreira e Remuneração dos profissionais da Educação.

Referências

BRASIL. **Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira**. Sinopse Estatística da Educação Básica 2015. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 20/08/2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** – PNE, Lei nº 13.005/2014.

_____. **CME** – Conselho Municipal de Educação

_____. **CAE** – Conselho Municipal de Alimentação Escolar

_____. **Conselho do FUNDEB**

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** – PNE, Lei nº 13.005/2014.

Dourado, Luiz Fernandes **Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira** / Luis Fernandes Dourado. — Brasília : Inep, 2016. 48 p. -- (PNE em Movimento, ISSN 2448-4288 ; 1).

DOURADO, Luiz Fernandes (org.) **Plano Nacional de Educação: PNE 2014/2024: avaliação e perspectivas**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2017.

Lei nº 847/2015. PME. **Plano Municipal de Educação de Portel**.<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/portel/panorama> acesso em 16 de agosto de 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

.LIMA, Bruna Mota de L732i **O investimento público em educação pública para o alcance das**

metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 / Bruna Mota de Lima. – Brasília: IPEA, 2018. 100 f. : il.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** – PNE, Lei nº 13.005/2014.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PMEP. **Plano Municipal de Educação de Portel**. Lei nº 847/2015.

_____. **Plano Municipal de Educação** Lei nº 847/2015.

PORTEL. **Plano Municipal de Educação** – PME, Lei nº 847/2015.

_____. **Secretaria Municipal de Educação** – SEMED, 2017.

Secretaria Municipal de Educação –. **Secretaria Municipal de Educação/Diretoria Administrativa/Prestação de Contas**.2017

SILVA, Otoniel de Souza da. **POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA REGIÃO DO MARAJÓ**: Uma análise da carreira docente em Portel-PA / Otoniel de Souza da Silva, — 2019. 234 f. : il. color.

TEIXEIRA, Nádia França/ **Caderno pedagógico, Lajeado**, v. 12, n. 2, p. 7-17, 2015. ISSN 1983-0882

Recebido em: 17 de junho de 2020

Aceito em: 15 de abril de 2021